



## CONSULTA 0002426-63.2010.2.00.0000

**Requerente:** Jomar Ricardo Sauders Fernandes

**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

### EMENTA

**CONSULTA. Resolução nº 72 do CNJ. Aplicabilidade. Regimento Interno do TJAM. Conflito. Magistrado convocado para atuar na 2ª Instância. Atribuições. Prevalência das Resoluções do CNJ. Norma auto-aplicável. Art. 4º, § 2º, e art. 7º, § 2º. Contradição. Inexistência.** Prevalece o disposto na Resolução nº 72 que trata da convocação de magistrados para atuarem perante os Tribunais, por se tratar de norma de aplicabilidade imediata, a qual derogou automaticamente as normas regimentais que com ela conflitam. Inexiste contradição entre o art. 4º, § 2º, e o art. 7º, § 2º, da Resolução nº 72.

### RELATÓRIO

1.. Trata-se de Consulta formulada a este Conselho buscando esclarecimentos sobre a aplicabilidade da Resolução nº 72 do CNJ em confronto com as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Aduz, o consulente, que o Regimento Interno do TJAM prevê a convocação de magistrado para atuar como Juiz Auxiliar junto ao Tribunal, simultaneamente às atribuições da Vara de origem.

Invoca o conflito entre essa previsão regimental e o estabelecido no art. 7, § 2º, da Resolução nº 72 do CNJ, que dispõe:

" Art. 7º. Quando expressamente autorizados por lei federal ou estadual própria, poderão ser convocados para substituição ou auxílio em segundo grau juízes integrantes da classe ou quadro especial de juízes substitutos de segundo grau quando houver, ou integrantes da entrância final ou única e titulares de juízos ou varas, e que preencham os requisitos constitucionais e legais exigidos para ocupar o respectivo cargo.

(...)

§ 2º. Os juízes convocados ficam afastados da jurisdição de suas respectivas unidades durante todo o período de convocação e não poderão aceitar ou exercer outro encargo jurisdicional ou administrativo".

Cita diversos precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (ADI nº 2009.001567-5; Ação Previdenciária nº 2009.001621-3; Ação de Reparação de Danos Morais c/c Danos Materiais nº 2009.002082-7; e Ação de Obrigação de Fazer nº 2009.001651-2) onde se estabeleceu o entendimento de que a Resolução nº 72 do CNJ não é auto-aplicável, necessitando, para surtir efeitos, de adequação prévia do Regimento Interno do Tribunal, que prevalece enquanto as alterações não forem regulamentadas.

Colaciona, ainda, precedente do mesmo Tribunal em que, ao interpretar o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução nº 72 ("**Encerrado o período de convocação, os processos em poder do juiz convocado serão conclusos ao desembargador ou juiz de segundo grau substituído, ressalvados aqueles em que haja lançado o relatório ou que tenham sido incluídos em pauta de julgamento**"), o Des. João de Jesus Abdala Simões, sem negar aplicação à Resolução, asseverou que seu próprio texto manteve prevento para julgamento o juiz convocado nos processos em que lançou relatório ou nos que houve pedido para inclusão em pauta, determinando o retorno dos autos dos processos que se encaixam nesse dispositivo ao magistrado consulente, convocado para atuar como Juiz Auxiliar e cuja convocação já se encerrou.

Resume a dúvida nos seguintes termos:

1º) "*A Resolução nº 72/2009, nos casos de convocação de juízes para exercer funções de auxílio, tais como juiz auxiliar da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria, deve ser aplicada imediatamente ou necessita de alteração do Regimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas?*";

2º) "*Ou seja, o Juiz convocado precisa se afastar de suas funções somente amparado pela Resolução nº 72/2009 ou depende de alteração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça para tanto?*";

3º) "*No que tange à interpretação da parte final do parágrafo 2º, do artigo 4º, como deve proceder o Tribunal nos casos em que há conflito com o parágrafo 2º, do artigo 7º, da Resolução 72/2009?*"; e

4º) "Deve o Consulate, a par do que determina o artigo impeditivo de jurisdição (artigo 7º, § 2º Resolução 72/2009), julgar os processos que lhe retornaram ou, reversamente, devolvê-los ao Desembargador substituído?".

No julgamento deste processo, realizado na 106ª Sessão Ordinária, em 1º de junho de 2010, foram respondidos os itens 1º a 3º, acima, sendo que, quanto ao derradeiro, restou assentado que este processo ficaria suspenso até que a Resolução nº 72 sofresse revisão por parte desta Corte Administrativa. Confira-se:

"Nos termos do art. 89 do Regimento Interno do CNJ, a Consulta será cabível quanto a questões de interesse e repercussão gerais, argüidas em tese.

No presente caso, trata-se de consulta formulada por magistrado a respeito de caso concreto, no qual é suscitado conflito entre disposição regimental do Tribunal requerido e dispositivo de Resolução do CNJ. Ou seja, a intenção do magistrado consulente é resolver matéria a si aplicável quando de sua convocação para atuar como Juiz Auxiliar junto ao TJAM.

Em que pese a natureza individual da dúvida levantada na presente Consulta, vislumbro evidente conteúdo genérico, com repercussão perante o Poder Judiciário nacional, não somente no que respeita à adequada interpretação da Resolução nº 72 do CNJ, que disciplina a convocação de magistrados para atuarem em segunda instância, mas, principalmente, quanto à correta colocação hierárquica das Resoluções deste Conselho Nacional de Justiça na estrutura normativa de âmbito administrativo.

No julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade de nº 12, restou consignado pelo Supremo Tribunal Federal que o conteúdo das Resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Justiça origina-se diretamente do texto constitucional, mais exatamente da competência a si atribuída pelo art. 103-B, § 4º, inciso II, da Constituição Federal.

Nesse sentido, a produção normativa editada pelo CNJ no formato de Resoluções, no estrito âmbito do "controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes", funda-se imediatamente na Constituição, decorrendo inclusive do exercício de competência supletiva em relação à LOMAN. Ou seja, as Resoluções do CNJ contêm normas federais com vigência nacional, vinculando diretamente todos os órgãos do Poder Judiciário, exceto o STF.

Portanto, a partir da interpretação constitucional proferida pelo STF, resta patente a prevalência das Resoluções do CNJ diante das disposições regimentais dos Tribunais pátrios.

Em relação à aparente contradição dos dispositivos da Resolução argüida, quais sejam, os artigos 4º, § 2º, e 7º, § 2º, não vislumbro maiores problemas interpretativos, haja vista que o primeiro dispõe: "**Encerrado o período de convocação, os processos em poder do juiz convocado serão conclusos ao desembargador ou juiz de segundo grau substituído, ressalvados aqueles em que haja lançado o relatório ou que tenham sido incluídos em pauta de julgamento**" (grifei), enquanto o segundo dispõe: "**Os juizes convocados ficam afastados da jurisdição de suas respectivas unidades durante todo o período de convocação e não poderão aceitar ou exercer outro encargo jurisdicional ou administrativo**" (grifei). Ou seja, enquanto estiver convocado, o magistrado exercerá **exclusivamente** as atribuições da convocação, sem poder acumulá-las com quaisquer outras (inteligência do art. 7º, § 2º). Após o término da convocação, os processos que estavam sob sua relatoria retornarão ao Desembargador substituído, salvo se proferido relatório ou pautados para julgamento (art. 4º, § 2º).

Respondendo aos questionamentos iniciais, concluo:

1º) A Resolução nº 72 do CNJ tem aplicabilidade imediata, com força normativa primária, tornando "letra morta" disposições regimentais discrepantes, o que já responde os primeiro e segundo questionamentos do consulente;

2º) Não há efetivo conflito entre as disposições normativas dos artigos 4º, § 2º e 7º, § 2º, da Resolução nº 72 do CNJ, uma vez que o primeiro trata da permanência do magistrado na relatoria dos processos que lançou relatório ou pautou antes do término da convocação, a fim de que participe do julgamento destes após o período da convocação; enquanto o art. 7º, § 2º, dispõe sobre a vedação para que o magistrado, enquanto no exercício da convocação, em segunda instância, continue exercendo outro ofício simultaneamente;

3) Quanto ao último questionamento, o Plenário deste Conselho decidiu pela suspensão do presente, neste ponto, a fim de que se aguarde a revisão da Resolução nº 72 do CNJ, ficando, por ora, prejudicada a resposta ao consulente, até ulterior manifestação deste Conselho".

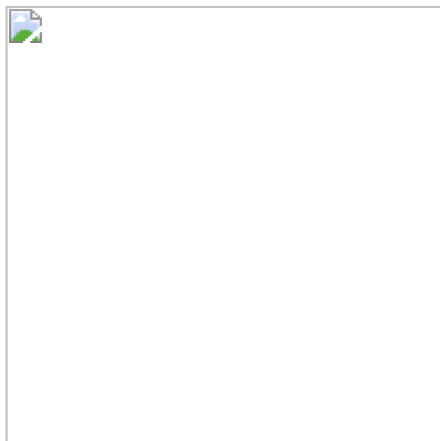
É o meu relatório.

## VOTO

Trago o presente, novamente, à votação, pois, tendo em vista a demora na instauração de processo de revisão da Resolução nº 72, pelos que votaram nesse sentido, entendo que a situação concreta persiste e reclama solução por parte deste Conselho.

Portanto, em complementação ao já decidido anteriormente, acresço a resposta ao último questionamento trazido pelo consulente, no sentido de que o magistrado permaneça sob a relatoria dos processos em que lançou relatório ou nos que houve pedido de inclusão em pauta, ainda que já tenha encerrado o período de convocação, nos exatos termos do § 2º do art. 4º da Resolução nº 72/CNJ.

Brasília, 31 de agosto de 2010.



**MARCELO NEVES**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente em 25 de Agosto de 2010 às 17:37:47

O Original deste Documento pode ser Acessado em: <https://www.cnj.jus.br/ecnj>



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **256923**



100831205408000000000000256215